

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO
BERNARDO LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS – LÍNGUA
PORTUGUESA**

RAPHAEL WILLYAMS SILVA DO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: uma reflexão sobre os
alunos com deficiências no ensino remoto**

São Bernardo

2022

RAPHAEL WILLYAMS SILVA DO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: uma reflexão sobre os
alunos com deficiências no ensino remoto**

Trabalho de conclusão de graduação, apresentado à
Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como
requisito parcial para obtenção de grau em Licenciatura
em Linguagens e Códigos.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Tavares Moraes

São Bernardo

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

NASCIMENTO, RAPHAEL WILLYAMS SILVA DO.

Reflexão sobre os alunos com deficiências no ensino A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: : uma

Remoto / RAPHAEL WILLYAMS SILVA DO NASCIMENTO. - 2022.

55 f.

Orientador(a): RACHEL TAVARES DE MORAES. Curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão, SÃO BERNARDO, 2022.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA. 2. ENSINO REMOTO. 3.

PANDEMIA. I. MORAES, RACHEL TAVARES DE. II. Título.

RAPHAEL WILLYAMS SILVA DO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: uma reflexão sobre os
alunos com deficiências no ensino remoto**

Trabalho de conclusão de graduação apresentado à
Universidade Federal do Maranhão, como requisito
parcial para obtenção de grau em Licenciatura em
Linguagens e Códigos.

Orientadora: Prof. Dr. Rachel Tavares Moraes

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Rachel Tavares Moraes – UFMA (Orientador)

Doutorada em Educação

Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo – Curso LLC-Música

Profa. Ma Gilvania Nascimento Rodrigues Cantanhede

Doutoranda em Educação - UFMA

Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo – Ciências Naturais

Profa. Dra Maria Jose dos Santos

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de Bacabal – Ciências Naturais

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar este momento de felicidade às seguintes pessoas:

Primeiramente a Deus pelas bênçãos derramadas em minha vida, e por iluminar minha mente nos momentos difíceis, dando-me força e coragem para seguir.

Agradeço aos meus pais Elinalva e Antônio, meus irmãos Rodrigo e Rebecca, meu sobrinho Ryan Cesar e minha tia Rosangela, por sempre me incentivarem.

Meus amigos Breno, Deivison, Vanessa e Danielle, vocês foram de grande importância me apoiando e principalmente me aconselhando.

Meus amigos da universidade que fizeram com que os dias difíceis se transformasse em diversão.

Meus amigos do município de São Bernardo, em especial as irmãs Regiane Lima e Josiane Lima, agradeço os momentos alegres que tivemos sempre acompanhado de uma boa xícara de café. Agradeço também ao meu amigo Jhonnatan Monteles, por ter me aturado quando resolvemos rachar o aluguel, pelas comidas improvisadas, mas que depois de pronto ficavam uma delícia e sempre inventávamos coisas novas, inclusive, já estou com saudades.

Minha Orientadora Dra. Rachel Tavares, que como sempre é uma excelente professora e não mede esforços para ajudar seus alunos. Gostaria de agradecer também a professora Maria Francisca pelos ensinamentos e todos os professores do curso de Linguagens e Códigos.

Por fim, lamento se você acha que seu nome deveria estar presente aqui e não está, se pudesse colocaria o nome de todas as pessoas que conheci durante esses anos, mas agradeço a todos que contribuíram para o meu crescimento (mesmo com uma pequena palavra ou gesto gentil).

Este momento é só de gratidão a tudo e a todos, muito obrigado.

“O objetivo da educação inclusiva não é tornar as pessoas iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças”.

Andrea Ramal

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: uma reflexão sobre os alunos com deficiências no ensino remoto

Resumo: Esta pesquisa buscou desenvolver uma discussão em torno da proposta de uma Educação Inclusiva dentro do modelo de ensino remoto trazida pelo Pandemia de Covid-19. Trouxemos abordagens teóricas que buscam problematizar questões que estão imersas dentro da inclusão de alunos com deficiência nas instituições escolares. Dentre elas, os paradigmas e estereótipos que são postos a estes estudantes, que dificultam a inserção deles de modo efetivo nas escolas, pois características como incapacidade e ineficiência são comumente associações feitas para determinar certas habilidades e dificuldades que os alunos com deficiência apresentam. Por isso, a inclusão necessita deixar de ser um paradigma, e tornar-se uma efetividade dentro das realidades escolares. Mediante a isso, trouxemos a relevância de um conhecimento especializado dentro da modalidade de ensino da Educação Especial, para elaboração de propostas metodológicas que compreendam as habilidades e as dificuldades apresentadas por cada aluno a depender do seu tipo e nível de deficiência. Não apenas os estudantes com deficiência carregam dificuldades, cada aluno é singular e tem um ritmo de aprendizado específico, nesse sentido, a educação inclusiva vem reafirmar a relevância da própria diferença que compõe as realidades das escolas brasileiras. Como complemento para as discussões teóricas, realizamos uma pesquisa através da elaboração de um questionário, com treze perguntas sobre os principais desafios e dificuldades de uma educação inclusiva dentro do modelo remoto de ensino. Seis professores da rede municipal de São Bernardo-ma que trabalham e acompanham alunos com distintas deficiências responderam este questionário. As análises das respostas foram fundamentais para compreendermos as realidades concretas vivenciadas pelos professores, que apresentaram a falta de especialização e estrutura das escolas como problemas presentes que dificultam a efetividade de uma inclusão dos alunos com deficiência. Além disso, mostraram como o modelo de ensino trazido pela pandemia limitou o acesso desses alunos à educação. As dificuldades e desafios são diversos, apesar da quantidade expressiva de pesquisas e trabalhos voltados à Educação Especial, quando falamos de uma inclusão efetiva dentro das instituições escolares, percebemos que tais temáticas ainda precisam ser refletidas e problematizadas, para que continuemos avançando na garantia dos direitos as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: educação Inclusiva; pandemia; ensino remoto.

INCLUSIVE EDUCATION IN A TIME OF A PANDEMIC: a study on serving students with disabilities in remote learning

ABSTRACT: This sought to develop a discussion around the proposal for an Inclusive Education within the remote teaching model brought about by the Covid-19 Pandemic. We brought theoretical approaches that seek to problematize issues that are immersed in the inclusion of students with disabilities in school institutions. Among them, the paradigms and stereotypes that are placed on these students make it difficult for them to effectively insert them into schools, as characteristics such as disability and inefficiency are commonly associations made to determine certain abilities and difficulties that students with disabilities have. Therefore, inclusion needs to stop being a paradigm, and become an effectiveness within school realities. Therefore, we brought the relevance of specialized knowledge within the teaching modality of Special Education, for the elaboration of methodological proposals that understand the abilities and difficulties presented by each student depending on their type and level of disability. Not only do students with disabilities face difficulties, each student is unique and has a specific learning pace, in this sense, inclusive education reaffirms the relevance of the very difference that makes up the realities of Brazilian schools. As a complement to the theoretical discussions, we carried out a research through the elaboration of a questionnaire, with thirteen questions directed to the main challenges and difficulties of an inclusive education within the remote teaching model. Six teachers from the municipal network of São Bernardo-MA who work and accompany students with different disabilities answered this questionnaire. The analysis of the answers was fundamental to understand the concrete realities experienced by the teachers, who presented the lack of specialization and structure of the schools as present problems that hinder the effectiveness of an inclusion of students with disabilities. In addition, they showed how the teaching model brought about by the pandemic limited these students' access to education. The difficulties and challenges are diverse, despite the expressive amount of research and work focused on Special Education, when we talk about effective inclusion within school institutions, we realize that such themes still need to be reflected and problematized, so that we can continue to advance in guaranteeing rights. people with disabilities.

Keywords: Inclusive Education. Pandemic. remote teaching

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
	10
1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	13
1.1 Paradigma da inclusão/integração	13
1.2 Aspectos educativos na legislação brasileira e a pandemia	19
2 SABERES DOCENTES NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	25
2.1 Tipos de saberes e a intervenção pedagógica em sala de aula	28
2.2 Formação de professores e salas de aulas	34
3 PESQUISA: A PRÁTICA DOCENTE INCLUSIVA NA PANDEMIA	35
	36
3.1 Desafios dos professores na inclusão dos alunos com deficiência	36
3.2 Estratégias pedagógicas	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	50

INTRODUÇÃO

Falar de Educação Inclusiva parece uma temática muito debatida e discutida entre os pesquisadores e estudiosos. Alude para um tema que muito já se falou em distintos trabalhos na área da Educação. Não podemos discordar de tal opinião, porém, a pergunta que nos leva a escolha do tema é: a Educação Inclusiva tornou-se prática efetiva na realidade educacional brasileira? Quando pensamos isto dentro do ensino remoto, os desafios se ampliam e tornam-se mais complexos.

O interesse por analisar essa temática partiu da observação da falta de acessibilidade desse público à efetivação de um ensino que abrange, de maneira diferenciada e especializada, os alunos com determinados tipos de deficiência. Observei que, apesar das variadas discussões já suscitadas, a prática ainda permanece presa em desafios que atingem de muitas maneiras o aprendizado e o ensino desses alunos. Ocasionalmente uma fratura no direito obrigatório e igualitário que é a educação.

O esgotamento desta discussão não é alcançado enquanto observamos barreiras e desafios encontrados nos âmbitos educacionais. Mesmo com um quantitativo significativo de estudos sobre uma educação inclusiva, a mesma quando se depara com a realidade ainda apresenta grandes desafios aos profissionais que lidam empiricamente com os problemas internos nas escolas. A questão se intensifica quando esta reflexão parte para um cenário que é incomum às nossas vivências, ou seja, a vivência de uma pandemia mundial causada pela Covid-19, vírus identificado na China que causou um isolamento em todos os países. O isolamento exigido pelo Ministério da Saúde seguindo orientações trazidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) começou no Brasil no dia 13 de março de 2020, devido ao aumento de casos de pessoas infectadas.

Se já existia barreiras para a efetivação de uma educação inclusiva no ensino presencial, essa dificuldade apenas aumentou com a entrada de uma realidade não experimentada e vivenciada pelos professores, o enfrentamento de um ensino remoto. Com a opção do ensino remoto não somente os alunos em geral foram afetados, mas os próprios professores, diretores e todos aqueles que trabalham no funcionamento das escolas precisaram passar por um processo de adaptação para encontrar formas de intervenção para preparação de suas aulas. O ano de 2020, desde de março com o início do isolamento, todas as escolas brasileiras permaneceram fechadas por um grande período. A volta às aulas iniciou-se através de um processo de adaptação aos novos modelos, principalmente por meio do ambiente virtual.

Os desafios ao âmbito educacional são incomensuráveis se levarmos em consideração os prejuízos causados ao ensino e ao aprendizado dos alunos da Educação Básica. Porém, as questões se tornam mais complexas quando pensamos como a inclusão dos alunos com determinados tipos de deficiências encaram esses novos modelos de aula. Como os professores estão lidando com este problema? Quais estratégias precisaram incorporar em seus planos de aula? Como a escola está agindo para o atendimento adequado para estas crianças no modelo de ensino remoto? São muitas questões que aparecem quando pensamos na realidade que tantos os professores - que são aqueles que lidam com mais frequência com as dificuldades - quanto os alunos tiveram que encarar no cenário pandêmico que estamos vivenciando.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizaremos pesquisas e trabalhos que tratam da temática escolhida como maneira de fundamentar as questões que serão levantadas no decorrer no trabalho. Suas discussões e debates já realizados serão essenciais para promover um diálogo sobre o que já se tem discutido e as realidades que nos proporemos trazer através do cenário atual causado pela Covid-19. Nosso trabalho juntará teoria e prática dentro de um diálogo e relação recíproca de discussões entre reflexões trazidas por pesquisadores importantes na área da Educação Especial e a uma pesquisa empírica com professores da Educação Básica, no município de São Bernardo-ma. Tendo em vista a relevância da ligação entre teoria e prática dividimos o trabalho em três partes.

No primeiro capítulo vamos trazer as principais discussões sobre os paradigmas que foram estereotipados às pessoas com determinadas deficiências físicas ou mentais. Um deles diz respeito a associação do termo “anormalidade” para se referir a estas deficiências. Por isso, problematizaremos neste capítulo a relevância de uma mudança de paradigma para pensarmos numa proposta de uma educação inclusiva efetiva na Educação Básica brasileira. No segundo tópico, traremos as garantias legais da inserção desta modalidade de ensino, refletindo sobre suas fundamentais formas de atendimento adequado e responsabilidades para o atendimento e inclusão escolar.

No segundo capítulo, discutiremos sobre as práticas e saberes que os profissionais na modalidade de Educação Especial devem desenvolver para promover um ambiente inclusivo para os alunos com deficiência. Focaremos na relevância que uma formação especializada na área traz no desenvolvimento de estratégias metodológicas que são fundamentais para o processo de ensino e aprendizado dos alunos com deficiência.

No terceiro capítulo faremos a aplicação de um questionário com seis professores da rede pública da cidade de São Bernardo-ma. Todos os professores que participaram da pesquisa trabalham com alunos com deficiência. As questões serão centrais para entendermos como os

professores reagiram ao novo modelo de ensino ocasionado pela pandemia e como eles lidaram com a inclusão de alunos com deficiência. Vamos discutir sobre seus relatos de experiências sobre as principais dificuldades e adaptações estratégicas de intervenções para lidar com as barreiras e desafios que a proposta de uma educação inclusiva enfrenta juntamente ao ensino remoto.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

1.1 Paradigma da inclusão/integração

A Educação Inclusiva no cenário brasileiro lida com alguns obstáculos que impedem a aquisição de bons resultados para os alunos que dependem desta modalidade de ensino. Mesmo reconhecendo as dificuldades que a educação brasileira sofre, quando tratamos da inclusão de alunos com deficiência, as barreiras aumentam com mais frequência e intensidade devido à falta de uma discussão científica e especializada sobre o assunto, deixando os estereótipos ganhar mais espaço.

A ideia de paradigma¹ surgiu com a tentativa de normalização e inclusão das pessoas que apresentam suas determinadas deficiências dentro do âmbito escolar. Esse debate alimenta uma luta contra o senso comum pautada no estranhamento, superstição e medo. Essas características impedem a inserção desses alunos no ambiente escolar, pois um conhecimento não especializado sobre o assunto causa barreiras que afetam aos próprios alunos e saem prejudicados por essa falta de discussão especializada. Porém, a inclusão é necessária para constituição de uma sociedade igualitária e que traga um respeito a diferença e a diversidade que compõe nosso cenário identitário brasileiro. Observa-se:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 1999, p. 42).

De acordo com Romeu Sasaki, observamos como o processo de inclusão social é fundamental para construção de uma sociedade em que o respeito à diferença impere. Essas transformações são essenciais para incorporações de modelos de convivência com os diferentes perfis sociais apresentados pelos indivíduos. Para o alcance dessas mudanças é necessário não somente modificações estruturais, mas principalmente na mentalidade dos indivíduos.

¹ “Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (KUHN, 1997, p. 13).

A mentalidade de anormalidade e incapacidade associada as pessoas com deficiência precisa ser um paradigma desmitificado e desconstruído, pois a igualdade continuará sendo apenas utopia. Precisamos buscar discussões e debates que fundamentam as desconstruções das

ideias trazidas pelo senso comum. Essas foram algumas das iniciativas que formaram o projeto de normalização das pessoas com deficiência na década de 70². O debate sobre a inclusão da Educação Especial nunca será exacerbado ou sem utilidade enquanto as desigualdades ainda permanecerem prejudicando esses cidadãos. Essas questões começaram tornando-se um problema necessário a ser discutido no século XX através de lutas contra a discriminação. De acordo com Souto (2014):

A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e merge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também a questionamentos dos modelos análogos do ensino e aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional. (SOUTO, 2014, p. 16).

Essas inquietações que sugeriram no século XX foram iniciadas por organizações de movimentos sociais em prol da luta contra a discriminação das pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela física ou intelectual. Os questionamentos foram pautados na exclusão desse público dentro do cenário educacional, havendo a precisão de um debate sobre uma forma de educação que garantisse o acesso à educação de forma igualitária, através do atendimento específico de suas especificidades. Nesse período, começou-se a discutir a fundamentalidade da criação de uma modalidade de ensino que atenderiam os alunos de maneira inclusiva, e não de forma exclusiva tal como observaram os participantes dos movimentos sociais.

Dentro dessas observações de exclusão dos cidadãos com distintos tipos de deficiência, a Educação Especial aparece como a ferramenta de práticas e discussões que evidenciam a relevância da implementação na Educação Básica, na medida que traz debates que legitimam a importância de um acesso e atendimento adequado, e, principalmente especializado. Mas como podemos compreender a Educação Especial? Segundo Carvalho (2000, p. 17):

Entenda-se o conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características biopsicossociais necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na via comum da educação escolar.

² Assim como aponta Guilherme Alexandre Santos: “No Brasil até a década de 50, não se ouvia falar em Educação Inclusiva, apenas a partir de 1970 é que esta passou a ser discutida tornando-se preocupação dos governantes sendo está inquietação expressa por eles, através da criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos, federais, estaduais e de classes especiais”.

Cada escola deve contar com um conjunto de atributos que permite promover uma organização para o atendimento das crianças com seus determinados déficits. Com o entendimento dessa modalidade de ensino na Educação Básica as barreiras que a inclusão desse

público enfrenta podem ser minimizadas e mitigadas aos poucos, apesar de ser uma temática urgente. Essas crianças precisam de um apoio adequado e, principalmente, especializado.

Uma das estratégias para as mudanças para a inserção de uma proposta de educação inclusiva é a criação de documentos que sejam aprovados e produzidos de modo adequado e especializado. Um dos documentos mais importantes para esta modalidade de ensino é a Declaração de Salamanca construída pelos delegados da Conferência Mundial da Educação Inclusiva, na Espanha, entre 7 a 10 de junho em 1994, em Salamanca. Documento que se discutem princípios, políticas e práticas de como devem ser incluídas as pessoas com deficiências no âmbito educacional e social. Nele são discutidas as garantias legais de acessos aos espaços sociais de maneira igualitária e justa. Entre as garantias estão:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Essas garantias são essenciais para desconstruções de paradigmas que aparecem como insolúveis. E é justamente esse pensamento que prejudica no alcance de mudanças e conquistas

de espaços mais igualitários para este público específico. Não apenas a estrutura da escola deve estar adequada para o recebimento destes alunos, mas a mentalidade e a consciência das capacidades dos mesmos devem ser percebidas. De imediato precisamos compreender que esta discussão não poderá ser solucionada ou minimizada a partir de uma postura individual, precisasse de um diálogo contínuo entre escola, família e ciência. Por isso, as dificuldades e soluções não podem ser postas somente à escola, mas o papel familiar e científico necessita estar presente nesse processo de construção de um modelo de sociedade adequado ao atendimento desses alunos. Todavia a realidade muitas vezes documentada não aparece no momento da prática real e cotidiana. Como devemos agir?

Primeiramente precisamos reconhecer os desafios e as barreiras que a educação brasileira pública sofre por falta de investimento e centralidade em nossa sociedade. Quando nos reportamos para a modalidade de Educação Especial essas dificuldades apenas se tornam mais expressas e intensas. As formas de intervenção aparecem quase como impossíveis para os profissionais que lidam com a experiência no convívio escolar. Como atender um aluno cadeirante sem a acessibilidade adequada a ele? São múltiplos os problemas a depender da necessidade de cada aluno. Por isso, um dos primeiros passos que deve ser tomado é o reconhecimento do recebimento do aluno e quais demandas serão necessárias a ser inseridas.

A mudança de concepção do que seria uma “anormalidade” é central para o processo de inserção das crianças e adolescentes com deficiências. A mudança desse paradigma, ou seja, dessa visão que foi sustentada como sendo uma “verdade”, ou, aquilo que caracteriza determinado tipo de deficiência e suas limitações, precisa ser questionada e desmitificada. A proposta primordial nessa modificação de pensamento não é tornar a criança com deficiência como normal, mas normalizar a diferença que as tornam iguais. São as singularidades de cada indivíduo que forma aquilo que ele é. A questão gira em torno de expressar a diferença como a característica central que deve ser respeitada. Tal como podemos perceber em WERNECK, apud FACÍON & MATOS (2009, p. 193):

Normalizar uma pessoa não significa torná-la normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade. Na área da educação, normalizar é oferecer ao aluno com necessidades especiais recursos profissionais e institucionais adequados para que ele desenvolva seu potencial como estudante, pessoa cidadã.

Ou seja, é necessário oferecer o direito de a criança ser diferente, e isso não a torna incapaz ou inválida, apenas diferente. As singularidades devem ser instigadas e valorizadas. A criança com deficiência não precisa buscar meios para se encaixar na sociedade, mas a ação deve ser inversa. É a sociedade que precisa buscar meios de atendimentos para as pessoas com deficiência. Por isso, o papel da família é fundamental nesse processo de inserção das crianças

e dos adolescentes no meio educacional e social. O firmamento do diálogo entre família, ciência e escola é primordial para o atendimento adequado dos estudantes com determinadas singularidades. Porém, a prática cotidiana apresenta barreiras que na maioria das vezes aparecem como insolúveis, pelo motivo de destinar a responsabilidade de educar apenas aos ambientes educacionais. Isso é um fator que prejudica demasiadamente o desenvolvimento cognitivo dos alunos, resultando somente no fortalecimento dos estereótipos que devem ser desconstruídos.

Quando se fala em mudança de paradigma intenta-se modificar a forma de enxergar determinada concepção sobre uma opinião já formulada. A associação de anormalidade às pessoas com deficiência dificulta no entendimento das capacidades e limitações das mesmas. O que objetivamos neste trabalho é problematizar como essa mudança pode ser relevante para compreensão das singularidades para uma efetividade de educação inclusiva e a importância de sua implementação no âmbito educacional.

A garantia de acesso à escola é direito regido por lei às pessoas com deficiências, desta forma, não podemos negá-las aquilo que é seu por lei. Porém, a questão se agrava no momento que a descrição legal não se cumpre na prática, principalmente quando partimos para a realidade brasileira dos ambientes educacionais, ao deparamo-nos com a falta de estrutura física e material para o atendimento adequado para este público. O tratamento com os indivíduos que apresentam certos tipos de deficiências também é algo que ainda se precisa ser discutido. Um dos termos que alguns pesquisadores se questionam ao se referenciar a estas pessoas é a palavra “especial”. Apesar da modalidade de ensino que destina aos alunos com determinados tipos de deficiências incluir a palavra especial, alguns estudos atuais mostram que essa denominação apenas aumenta as exclusões. Assim como aponta os autores:

A inclusão implica em primeiro lugar, aceitar todas as crianças como pessoa, como seres humanos únicos e diferentes entre si. As diferenças individuais existem entre todos os seres humanos, portanto, não se justifica classificar um grupo de pessoas como sendo especial, justamente porque possuem déficits sensoriais motores, intelectuais, afetivos ou comportamentais. Na realidade todas as pessoas possuem déficits e habilidades nestas mesmas áreas. (CAMARGO, SOFFA, MARKOWICZ, 2017, p. 6834).

Este também pode ser considerado um dos paradigmas que podemos refletir. Os autores apontam como essa denominação “especial” prejudica a aceitação das pessoas com deficiência como indivíduos que têm capacidades, dificuldades, medos e entre outras características.

Abordam que o termo “especial” não justifica certa singularidade apresentada pelo indivíduo, pois é comum as pessoas possuírem certos déficits e habilidades, e mesmo assim, não intitulem elas como pessoas “especiais”. Apesar de reconhecer a validade e a credibilidade

deste posicionamento, muitas pesquisas ainda utilizam a terminologia, porém, precisamos atentarmo-nos a estes debates, já que nossa intenção é mostrar como os desafios da inclusão e integração dos alunos com deficiência ainda aparece como um paradigma.

O ser diferente precisa ser encarado como algo que faz parte da constituição humana, ainda mais dentro de uma identidade brasileira onde contamos com uma diversidade de culturas. Uma mudança de paradigma, ou seja, de uma visão já formulada, exige uma demanda de discussão intensa e insistente. A partir do momento que consideramos aquela visão como uma barreira para construção de uma sociedade mais apropriada e igualitária, a mesma deve ser questionada e debatida. É justamente neste rumo que queremos levar nossa pesquisa, com o objetivo de fortalecer as discussões e melhorar as formas de encarar a diversidade encontrada nos ambientes educacionais. É preciso enfatizar que o desafio da educação inclusiva não se projeta apenas ao âmbito educacional. Nota-se:

Ao pensar na proposta de educação inclusiva, além de estendê-la a todos, sem exceções cumpre lembrar que o processo educacional não se limita ao espaço escolar. Na escola ele se sistematiza no projeto curricular que inspira as práticas pedagógica, com ênfase para a desenvolvida em sala de aula. (CARVALHO, 2000, p. 101).

Nela o processo educacional é institucionalizado e formalizado, porém, o trabalho de inclusão começa dentro do próprio ambiente familiar. Por isso, a relevância do reconhecimento familiar das peculiaridades de seus filhos. É no seio da família que a criança com determinado déficit ou deficiência apresentará seus primeiros indícios. A atenção observada pela família permite um acompanhamento especializado mais adequado e prematuro, pois em certos casos, as características podem ser observadas nos primeiros anos de vida. Deixar o papel de inclusão apenas como responsabilidade da escola tornará o processo de ensino e aprendizagem mais desafiadores para o aluno.

Enfatizamos o quando o diagnóstico especializado é um fator importante para a inclusão do aluno no meio educacional. Pois a escola estará ciente do compromisso que deverá ter para atender as demandas que serão necessárias para sua inserção na sala de aula. Todavia, voltamos a priorizar a relevância do diálogo entre família, ciência e escola para o alcance de resultados significativos para estes alunos. Além do conhecimento científico, a escola deve estar consciente das leis brasileiras que garantem o modo adequado de recebimento e tratamento com os alunos com deficiência ao integrarem as escolas. Yoshida (2018, p. 05) aponta:

O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos.

Mesmo havendo uma disparidade entre aquilo descrito nas leis e a ocorrência da prática cotidiana nos âmbitos educacionais, não podemos deixar de frisar o quão relevante é o conhecimento das garantias que os alunos com deficiência têm legalmente para serem recebidos nestes locais. Todos esses esforços são necessários para desconstruirmos aqueles antigos paradigmas que estereotipam as deficiências como anormalidades que os tornam incapazes de conviver igualmente em sociedade. O senso comum precisa ser substituído por um discurso sustentado na ciência e um plano de empatia e respeito sobre o outro. Não adianta fazer um reconhecimento somente da ciência, mas uma promoção diária de empatia deve ser criada no ambiente escola, em casa e todos aqueles espaços que os cercam.

1.2 Aspectos educativos na legislação brasileira e a pandemia

A resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001/ Novo PNE/2020 garante direitos que precisam ser postos em prática, de maneira efetiva nas escolas. Adriana Oliveira Bernardes escreve:

A resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001, determina diretrizes para Educação Especial na Educação Básica, tendo sido influenciada por diretrizes internacionais. Essas diretrizes têm como base a Educação Inclusiva e são organizadas em dois blocos: sistemas de ensino e formação de professores.

O que norteia as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica é o princípio da Inclusão. Esse princípio fala da importância do entendimento das diferenças individuais e que a escola deve se adaptar aos alunos com deficiência – e não o contrário. (BERNARDES, 2010, p. 04).

A Educação Básica brasileira conta com documentos importantes que trazem garantias legais a determinados grupos específicos. O aparato legal é essencial para o reconhecimento dos direitos que este público deve obter. É uma orientação às escolas para se atualizarem das garantias aos alunos com deficiência toda escola que conter um aluno com algum tipo de deficiência carece ir as legislações que falam sobre os serviços adequados para o atendimento dele. Tratando-se da Educação Especial, a mesma conta com artigos encontrados na atual Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº 9.394, especificamente em seu artigo 58, no que expõem:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 19).

Segundo a LDB quando as escolas receberem alunos com determinados tipos de déficits, deficiências ou altas habilidades, as mesmas terão que estar conscientes dos serviços adequados a cada peculiaridade apresentada pelos discentes. Eles necessitam de um atendimento adequado para sua inclusão no ambiente educacional. Desta maneira, é na modalidade da Educação Especial que aqueles que compõe o corpo escolar precisa se pautar para os serviços que estes alunos têm por direito. O que será levado em consideração é a condição peculiar de cada estudante a depender de seu tipo de necessidade. A LDB descreve que este atendimento adequado a estes alunos ocorrerá dentro das próprias escolas e serviços especializados. Desta forma, trata-se de um trabalho coletivo e de diálogo entre todos aqueles que rodeiam os alunos com deficiência. Sem esta preocupação de uma execução de um exercício em conjunto os avanços para o alcance de uma educação inclusiva serão impossíveis.

Não podemos deixar a discussão legislativa fora desse debate. É nela que encontremos as bases sobre os serviços e atendimentos que a Educação Especial traz para a Educação Básica. Mesmo que reconheçamos que haja uma discrepância entre aquilo que está contido em lei e a execução real nas escolas, não podemos deixar de frisar a importância do conhecimento das garantias legais dos alunos com necessidades especiais. São os documentos legais que poderão auxiliar na exigência de um atendimento especializado a elas. O Ministério da Educação aborda como a modalidade da Educação Especial deve se tornar uma educação inclusiva. Observa-se:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, p.11).

Aqui observamos como a organização e a execução da Educação Especial devem disponibilizar apoios especializados as crianças com deficiência. Essas crianças precisarão de

um suporte particularizado a depender do seu tipo de prioridade. Devem ser oferecidos para o acompanhamento interno destes alunos instrutores, tradutores/interpretes, guias, monitores, esses profissionais poderão agir de forma mais adequada, já que ele tem uma formação para tal função. Assim, a responsabilidade não se destina somente ao professor, que a maioria dos casos, encontra-se sem saber como agir diante do aluno com deficiência pelo fato de desconhecer os atendimentos especializados que demandarão.

É no reconhecimento dos papéis e responsabilidades de cada profissional que a Educação Especial pode integrar uma educação inclusiva. As discussões e debates que estão contidas na legislação brasileira são fundamentais para o entendimento e compreensão da relevância da inserção dos alunos com deficiência nos âmbitos educacionais. Veja-se:

A perspectiva da educação especial e posteriormente da educação inclusiva, vem sendo discutida por meio de muitas lutas e legislações favoráveis às pessoas com deficiência. Inicialmente a modalidade da educação especial tinha um caráter meramente assistencialista com fatores predominantes do modelo médico da deficiência. A concepção de educar para inclusão, com forte cunho educacional evidenciado pelo modelo social da deficiência, passa a ganhar força a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca. (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021, p. 156).

Essas discussões mais específicas começaram a ser implementadas através da concretização legal encontrada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN, nº 9.394/96, fundamentalmente em seu capítulo V, artigo 58, assim como expusemos anteriormente. Este pode ser considerado um avanço significativo para a efetivação da Educação Especial na Educação Básica brasileira. Pois o Atendimento Educacional Especializado (AEE) permite: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 06). Somente com a identificação, elaboração e organização das necessidades de atendimentos especializados deste público, as barreiras e desafios poderão ser minimizados através da incorporação de uma educação inclusiva por meio da modalidade de ensino da Educação Especial de forma integral.

É importante entendermos que a inclusão/integração dos alunos com deficiência deve ser especializada, porém, não significa que precisa ser separada. A Educação Especial integra o ensino regular, estas crianças necessitam do convívio com outras crianças para construir suas relações sociais com os outros em sua volta. De acordo com a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2003, p. 27). “Dessa forma as escolas e toda a comunidade escolar devem buscar consolidar o respeito às diferenças das pessoas e não enfatizar os alunos com NEE. As diferenças vistas não como obstáculos, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento”.

Além da implementação e exigência de um atendimento profissional, a postura ética através do respeito e empatia deve ser constantemente mantida para a superação dos estereótipos inculcados nas pessoas com deficiências.

A proposta de uma educação inclusiva enfrenta distintos desafios que tornam prejudiciais a integração dos alunos com deficiência no ensino regular da Educação Básica. Todavia, um dos passos importantes para obter-se avanços significativos é a compreensão e reconhecimento daquilo que está descrito legalmente, mesmo com as barreiras entre a prática e a teoria. Ainda precisamos nos apoiar naquilo que descreve as principais legislações brasileiras. O Plano Nacional da Educação, assim como prevista Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, tem como uma das principais estratégias para inserção de uma Educação Especial efetiva (BRASIL, 2014b, p. 25-26) a:

Implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns para a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino; fomento à formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e práticas educacionais inclusivas; articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado, realizado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas; acompanhamento do acesso e permanência na escola dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC por meio de ação intersetorial; investimento na adequação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade nas escolas públicas; garantia de transporte acessível; disponibilização de material didático acessível; e educação bilíngue Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS nas escolas.

A implementação de salas multifuncionais é um avanço que ainda não conseguimos visualizar em grande parte das escolas brasileiras, porém, podemos observar como este direito dado ao aluno com deficiência poderia fazer a diferença no seu ensino e aprendizagem de forma mais efetiva. Nela as potencialidades e habilidades dos alunos poderiam ser trabalhadas de modo mais específico, ao estimular pontos essenciais para o seu desenvolvimento motor e intelectual. Porém, a negação desses direitos prescritos por lei torna a modalidade da Educação Especial como uma prática que ainda precisa ser bastante discutida e priorizada.

As barreiras da efetivação da Educação Especial apenas se intensificam quando pensamos como esta realidade se apresenta com o cenário trazido pela pandemia causado pela Covid-19. Se já contamos com os desafios causados entre a relação entre legislação e prática, a pandemia veio para dificultar ainda o processo de inclusão dos educandos com deficiências.

Como trabalhar com este público de modo virtual?

Os governos federal e estadual suspenderam as aulas presenciais como medida preventiva contra a COVID-19 a fim de evitar aglomerações e reduzir as possibilidades de contágio pelo vírus. A medida foi necessária, extrema, impactou o trabalho educacional porque os ambientes educacionais e os alunos não estavam preparados para tal cenário, que se inseriu em caráter emergencial

e complexo, propagando uma jornada desconhecida e incerta. (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021, p. 152).

A suspensão de aulas presenciais ocasionou uma jornada diferenciada para todos os professores, uma prática incerta em que os resultados não poderiam ser previstos. No âmbito educacional a fratura foi bastante significativa. Acostumados com uma experiência presencial, os professores e toda a comunidade escolar tiveram que criar estratégias para as adaptações desses novos modelos de aulas. O impacto no trabalho educacional contou com a necessidade de ações emergentes e complexas. As intervenções tiveram que incorporar um modelo remoto que foram assumidas de formas distintas pelas escolas nacionais. Algumas escolas ainda não conseguiram incorporar esse novo modelo de ensino, pois contaram com diferentes dificuldades que tornaram empecilhos relevantes para a elaboração das aulas remotas: acesso à internet, participação dos alunos, acompanhamento familiar e dentre outros. Com isso, a área educacional se tornou um âmbito que enfrenta desafios complexos.

Quando transportamos essa dificuldade que o ensino remoto trouxe para o campo educacional para uma discussão em torno da educação inclusiva identifica-se, de imediato, como as barreiras da Educação Especial se intensificou tendo em vista esse cenário trazido pela pandemia de Covid-19. Os alunos com deficiências que precisam de um acompanhamento presencial e especializado, encontraram-se numa situação agravante. Notemos que há um impacto na educação geral, pois ninguém estava habituado ao modelo de ensino que se tornou necessário aderir. Então, é um processo de adaptação através de múltiplas formas de intervenção. Se a cobrança aos professores já eram presente no ensino presencial, agora seguindo estes novos moldes, ela aumenta.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas³ e parcerias com a UFABC (Universidade Federal do ABC), a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e a USP (Universidade de São Paulo), em São Paulo, destacou-se como se ocorreu o processo de adaptação de atividade on-line nas escolas, por meio da realização de uma entrevista com 1.594 professoras e professores de todas as 27 unidades da Federação, com o objetivo de “Identificar os desafios e as estratégias propostas pelas escolas e utilizadas pelas

professoras e professores com vistas a garantir o direito das alunas e dos alunos público-alvo da educação especial à educação na perspectiva inclusiva durante o período de suspensão das aulas presenciais”, resultou na identificação da inserção das aulas virtuais como o processo que mais exigiu dos docentes uma alteração em seu cotidiano. Leia-se: As “atividades on-line”

³ FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **A inclusão escolar em tempos de pandemia**. São Paulo, 2020.

representam a principal alteração na rotina docente no contexto da pandemia, tanto na classe comum quanto no AEE e serviços especializados. O “preparo de materiais acessíveis e envio para a residência dos alunos”, assim como o “envio de sugestões de atividades para que os familiares realizem com os alunos”, já eram práticas comuns para quase metade dos participantes, embora tenham sido iniciadas para mais de 30% na classe comum e para mais de 40% no AEE e serviços especializados. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p. 09).

É notável que a alteração ocorreu para todos os níveis escolares. As propostas cabíveis aos professores foram a opção de preparação de aulas virtuais a depender de cada instituição. Algumas optaram pelo uso de plataformas digitais, entre as mais comuns são: Zoom, Google Meet e Class Room. Essas opções estão disponíveis tanto em sites quanto em aplicativos digitais que podem ser acessados por qualquer aparelho eletrônico que esteja conectado a um e-mail. Essa mudança causou nos professores um receio enorme por tratar de um universo estranho e desconhecimento para nossos parâmetros de ensino. Com a impossibilidade de um ensino presencial, exigiu-se a preparação de aulas on-line através dessas plataformas. Como qualquer processo de adaptação, a começar pelo o acesso à internet, já que grande parte das famílias não tinha acesso internet em casa e aparelhos disponíveis para seus filhos acompanharem as aulas virtualmente.

Quando pensamos nos desafios que a pandemia trouxe para o ensino geral, tais barreiras se aglomeram e tornam-se maiores quando discutimos os impactos que a pandemia causa para educação inclusiva. Como estes alunos com distintos tipos de deficiência, que cotidianamente já sofrem com um processo de aceitação e inclusão nas escolas, encontram-se diante dessa adaptação? De acordo com as autoras Karla Fernanda Wunder da Silva, Katiuscha Lara Genro Bins e Marlene Rozek que discutem em seu trabalho o impacto ético que a conduta de um isolamento pode causar para pessoas entenderem na pele a exclusão social das pessoas com determinados tipos de deficiência física ou intelectual. As mesmas apontam:

Acreditamos, então, que precisamos de uma análise profunda sobre estas condições de existência e ponderar de que maneira vislumbramos a Educação Inclusiva neste momento em que as relações humanas acontecem de maneira virtual, direitos não são contemplados e a invisibilidade é reforçada, mais uma vez. É um momento que precisamos (re)pensar e (re)estruturar a Educação Inclusiva no mesmo instante em que as demandas se colocam presentes. Situações que exigem a busca de um novo modo de ser e de se fazer Educação, no sentido de que precisamos atuar, levando em conta valores éticos e coletivos, superando as imensas desigualdades sociais a que estamos todos

submetidos, mas, em especial, as pessoas com deficiência e suas dificuldades cotidianas de acesso e afirmação da cidadania. (SILVA; BINS; ROZEK, 2020, p. 132).

Neste momento as pesquisas científicas são essenciais para compreendermos os impactos e as barreiras que foram postas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Como trata-se de uma reflexão nova e atual, precisamos fazer diagnósticos dos relatos daqueles que vivenciam de perto estes obstáculos. Este é um dos nossos objetivos neste trabalho, ouvir os professores da rede municipal da cidade São Bernardo, localizada no estado do Maranhão. A discussão sobre estes relatos são fundamentais para compreensão daquilo que precisamos lutar e debater para o alcance de mudanças que possam ser significativas para a Educação Especial. Esta modalidade de ensino já conta com uma invisibilidade que precisa, ainda mais agora, ser desmitificada.

Com a pandemia, conseguimos perceber como o trabalho coletivo e ético é primordial para obter avanços no ambiente educacional, mudanças que os discentes com deficiências precisam visualizar para terem seus papéis representados na sociedade de maneira igualitária e em respeito com suas diferenças. Para além de todo o sofrimento causado pela pandemia, a mesma pode nos ensinar como a situação de se isolar provoca conflitos internos nas pessoas, mostrando a importância da prática da empatia para passarmos por estes momentos de conturbações. Por isso, colocamos anteriormente, que não adianta somente a discussão sobre legislação ou atendimento profissional e especializado, é preciso em conjunto, um trabalho ético e empático com todos os cidadãos. Esse discurso precisa deixar de ser algo meramente utópico e passar a se tornar uma conduta cotidiana.

Essas foram algumas discussões que trouxemos para centralizar as abordagens que abrigam nossa temática. Frisamos a importância da quebra e mudanças de paradigmas quando estes não se adequam a realidade das quais competem explicar. Mudanças que são necessárias para conseguirmos avanços para a educação inclusiva na realidade da educação brasileira. O senso comum deve ser substituído por um discurso baseado na ciência, na legislação e no trabalho coletivo.

2 SABERES DOCENTES NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No âmbito escolar, os saberes docentes vêm tomando uma crítica dimensão, pois refletir e estudar sobre os saberes que os docentes obtêm é enfatizar saberes culturais e humanos. O docente deve estar preparado para ter todos os saberes, e os alunos, portanto, prontos para compreenderem esses saberes. Camarão (2009) apresenta questionamentos a partir dessa

reflexão nos proporcionando pensar: o que o docente necessita realmente saber? O que são os saberes docentes? Os docentes reconhecem conscientemente quais são os seus saberes?

Segundo Tardif (2002) são aspectos de formação e experimentais que passam pela subjetividade de cada docente, que são classificados como natos e inatos, os que fazem parte da individualidade e os que são absorvidos ao longo do tempo do trajeto educacional, isto é, o que é produzido no dia a dia escolar. Segundo Camarão (2009), o docente encontra-se num patamar de imensos desafios no seu trajeto educacional como profissional, uma vez que, está diante de uma cultura em que a geração de alunos impõe um ressignificar da sala de aula, pois as salas de aulas estão cada vez mais heterogêneas e haverá planejamentos que podem dar certo ou não. Não se pode modificar o saber macro em um saber limitado. O mundo docente é amplo e o saber docente não está fixado na reprodução de conteúdo técnicos, tampouco na atuação social.

Os saberes docentes vão muito além de uma abordagem especificadamente acadêmica científica, mas transcorrem toda a estrutura da organização escolar, o pessoal e a profissão docente como trabalho. Tardif (2002) classifica os saberes docentes em quatro: formação profissional, que versa num conjunto de conhecimentos que são transmitidos por instituições de formação de professores. Os saberes disciplinados, que remetem a diversos âmbitos de conhecimento sob a forma de disciplina. Os saberes curriculares, que correspondem a discursos, conteúdos, objetivos, metodologias da escola e os saberes experienciais, que honra a própria palavra a partir da vivência de saber fazer e ser.

Segundo Tardif (2002), o professor carrega consigo todos os conceitos em sua formação e tenta relacioná-los com as práticas cotidianas da vida para transmitir com maior clareza para os alunos, diante disso, na inclusão educacional escolar não deve ser discrepante. Quais são os saberes docentes necessários à inclusão?

Em meio a este contexto, o professor ocupa papel essencial para que a mesma se concretize, no entanto percebe-se que uma grande parte não se considera qualificada para programar as adaptações curriculares necessárias que atendam a esse aluno, criando-se muitas vezes um mecanismo de exclusão.
(BATISTA; SILVA, 2016, p. 03)

Os autores endossam que o docente não tem consciência muitas vezes da finalidade de sua atividade e a exclusão acontece por meio da alienação e empobrecimento do conteúdo. Em suma, se faz necessária a procura por conhecimentos e saberes que tome possível o processo de ensinar, aprender, avaliar e emancipar.

É dever do Estado, segundo a LDB/1998, assegurar a educação para todos, primordialmente igualdade de condições para o acesso a permanência na escola, e como abordado no Art. 208, o dever do Estado com a educação seja exercida através da garantia de

um atendimento especializado na educação aos que apresentam deficiência de preferência na rede regular de ensino.

Ao buscar por novos conhecimentos, o professor pode tornar a inclusão um fazer cotidiano no contexto escolar, tendo em vista que as dificuldades pedagógicas que o mesmo tem ao atender um aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE), o que provoca inquietações e assim, a busca por qualificação, que garantirá novos conhecimentos, saberes, que irão nortear as práticas ocorridas em sala de aula, em especial ao que tange as Adaptações Curriculares. (BATISTA; SILVA, 2016, p. 04).

O profissional da educação tem se deparado com uma outra realidade no contexto do processo de inclusão escolar, e perante esse contexto tem sido desafiado a se manter atualizado e reconstituir os conhecimentos, se adaptando a esse novo contexto de ensino e aprendizagem. Pois, para que aconteça a inclusão, os alunos devem receber um ensino e aprendizagem através da adaptação de currículos.

De modo geral, os cursos de licenciaturas não têm adotado modelos de formação que priorizem um direcionamento na prática profissional de forma inclusiva. Algumas ações vêm sendo desenvolvidas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia como: seminários, estágios, cursos, jornadas entre outros, contudo não são suficientes para favorecer a formação dos alunos com NEE que querendo ou não estão sendo incluídos. (SILVA, 2014, p. 57).

Conforme o enunciado, Silva apresenta críticas aos cursos de licenciatura em correspondência ao ensino especial, pois a grade curricular tem lacunas com relação a falta de prioridade a oferta de uma disciplina com conteúdo exclusivos as necessidades físicas, mentais educacionais dos alunos, restringindo-se muito, sem proporcionar reflexões acerca das peculiaridades dos alunos e potencialidades, não expõe o conhecimento de forma profunda para esse professor em formação e fazem com que o professor não esteja preparado para essa inclusão.

A inclusão para os professores é desafiadora, pontua Silva (2014), pois sem formação específica, toma como base a sua formação inicial, na construção pessoal e profissional que viveu enquanto sujeito em constante aprendizagem. Como não tem a formação necessária, são instigados a refletir acerca dos saberes necessários para ministrarem aulas aos alunos com deficiências. Assim, segundo Silva (2014), trabalhar com a inclusão consiste numa inquietação ao professor e também para a escola. Visto que, é dever da escola e professores constituírem elementos que considerem nesse contexto o trabalho. Ou melhor, a relevância de se obter qualificações de conhecimentos e saberes docentes para que se efetivem no processo de ensino aprendizagem e aconteça a inclusão.

As discussões sobre os saberes pedagógicos se compõem por um campo de estudo de expansão, pois Pimenta (2005) enfatiza que é preciso que os educadores se apropriem de uma forma crítica e conscientizada que entendam as condições históricas e sociais dos sujeitos que mediam com o intuito de valorizar a cidadania e a humanização das ações escolares, viabilizando a superação das diferenças. Desse modo, a autora endossa que o educador precisa constantemente questionar a sua prática pedagógica, com o intuito de perceber que os saberes mobilizam o processo de suas construções, sejam elas vinculadas à formação da experiência, ao conhecimento ou aos saberes pedagógicos.

A reflexão acerca dos saberes docentes que estabelecemos aqui, parte da possibilidade de promover ao sujeito com deficiência a possibilidade de conhecer a cada dia os elementos de seu contexto social para intervir na mesma, transformando no sentido de uma ampliação da comunicação, da liberdade e interação entre os indivíduos. Pensar na atuação profissional docente, portanto, implica na busca da realidade por meio do sujeito que está em constante transformação. (SILVA; GOMES, 2012, p. 08).

A educação, portanto, como processo de mutação resgata a compreensão de uma ação conscientizadora que o homem executa sobre o mundo, uma vez que, a conscientização se realiza na prática e não na teoria. Assim, segundo Silva; Gomes (2012), o educador tem a necessidade de refletir sobre a educação inclusiva enquanto uma prática que exige consciência do que não está pronto, para que de fato viabilize aos alunos com deficiência a capacidade de intervir com criticidade. Assim, são muitos os empecilhos encontrados para construir uma proliferação das crianças em âmbitos formais, e que, dependem de um discrepante olhar pedagógico para tal enfrentamento.

2.1 tipos de saberes e a intervenção pedagógica em sala de aula

Atualmente, a sociedade tem aumentado e aprimorado as maneiras e viabilidades do acesso à informação, mas é na escola que se formaliza o conhecimento, e a instrução da educação dos indivíduos. E historicamente, esse leque tem aumentado com a questão da educação inclusiva nos sistemas de ensino, principalmente o agrupamento de alunos com deficiência no ensino regular, que é um grande desafio para a escola, atendendo a perspectiva de diferenças e diversidade que representam diversas necessidades educacionais a serem atendidas, pontua Omote (2005).

Nesse contexto, para que o atendimento a essas necessidades seja realizado, surge também a necessidade de saberes dos profissionais da educação para que possam trabalhar de forma adequada e com qualidade com esse público, pois segundo Miranda (2010), são necessárias se trabalhar competências e atitudes, um novo horizonte a respeito dos saberes.

Os saberes são plurais, formados pelos saberes da formação profissional, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais. [...] o professor é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos. (TARDIF, 2002, p. 39).

O professor é identificado como principal elemento no papel de aprendizagem dos novos públicos pela qual a escola se responsabiliza, e desse modo, a exigência a respeito da qualificação do professor tem sido alvo de questionamentos, pois ela traz sérias implicações à tarefa educativa caso não seja trabalhada de forma eficiente. Assim, quais são de fato os tipos de saberes que são a base para o trabalho do professor para serem aplicados em sala de aula? É de extrema relevância destacar que tanto o professor quanto à equipe escolar deve exercer um papel de respeito a essas diferenças, pois a Política Nacional de Educacional Especial (2020) enfatiza como objetivo a formação de professores para o atendimento especializado e também os demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

O conhecimento na medida em que vai sendo constituído nas relações das pessoas entre si e com a realidade em que vivem, torna-se um processo dinâmico, histórico, permanente e vinculado à existência humana. Em consequência, todas as formas de interação que o ser humano estabelece no seu processo de comunicação: família, escola, etc. constituem-se como formadores de conhecimentos, atitudes e formativos (OLIVEIRA, 2002, p. 17).

Os saberes são absorvidos na prática por esses profissionais que se constitui numa construção de processos e representações e reflexão críticas, o que consiste a uma dimensão formativa, endossa Miranda (2010). É a partir desses saberes que o profissional da educação consegue organizar suas práticas e relações com as crianças com diferentes tipos de deficiências. Acerca dos tipos de saberes, Gauthier (1998) contribui às concepções:

Da subjetividade que, em conformidade com o pensamento de Descartes, chama de saber, todo tipo de certeza subjetiva produzida pelo pensamento racional”, podendo assumir a forma de uma intuição intelectual que permite apreender uma verdade ou, a forma de uma representação intelectual, resultado de um raciocínio; a do juízo, para a qual o saber é um juízo a respeito de fatos, um juízo verdadeiro. Outra concepção acerca da origem do saber é a da argumentação na qual defende que o saber pode ser definido como atividade discursiva por meio da qual o sujeito tenta validar uma proposição ou uma ação (1998, p. 334).

Segundo o autor, abordar saberes consiste num agrupamento de argumentos, ideias, discursos, percepções que consistem na exigência da razão, produções de discursos e práticas que são capazes de fornecer os fatores que a justificam. Assim, o ensino se configura numa mobilização de diversos saberes que compõem uma espécie de reservatório, no qual o professor se abastece para lidar com os desafios e exigências reais do cotidiano escolar e na sala de aula. Pimenta (2000) analisa a questão dos saberes profissionais, e pontua que deles se esperam a mobilização imprescindível de conhecimentos à compreensão do ensino como realidade social, e que, proliferando a capacidade de investigar o próprio método, ação para através dela formarem e transformarem os seus saberes-práticas docentes, construindo a sua identidade como professor. A autora também menciona que a experiência é um saber docente e pedagógico, no qual Tardif (2002) denomina como a cultura docente em ação, que são os norteadores da atuação profissional, pois fundamentam as suas certezas e justificam seus intuítos profissionais.

Nesse contexto novo e desafiador de pandemia que estamos vivenciando, nos encontramos em mais uma necessidade que é de suprir as demandas de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Especial, como parte da educação inclusiva, no qual esses tipos de saberes docentes mencionados são imprescindíveis para uma intervenção pedagógica adequada, planejada e eficaz a esse público.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p.02).

É através das intervenções pedagógicas planejadas que as habilidades desses alunos são proliferadas, mas obviamente, como endossa Santos (2017), o professor deve traçar metas estratégicas para a facilitação da aprendizagem desses alunos, utilizando as formas que estão disponíveis com o objetivo de ter aquisições.

Hoje, os profissionais da educação, ante à tarefa complexa que é educar em contexto de educação inclusiva, veem-se diante da necessidade de aprimorar suas práticas para responder às exigências que a proposta inclusiva impõe. Nessa perspectiva, faz-se necessário considerar a reflexão sobre a prática como uma fonte de conhecimentos e alicerce para a construção de novos. Isso ocorre pelo fato de o saber construído ser incorporado, como resposta mais adequada e criativa para desafios reais no atendimento e aprendizagem do aluno, e para modificar a prática educativa do profissional estimulando-o para novas buscas. (MIRANDA, 2010, p. 67).

Como enfatizado acima, é crucial que haja uma investigação para enfrentar esses desafios e esboçar planos para atingir as metas. Diante disso, consiste em ser estratégico,

primordialmente com relação ao contexto atual, uma vez que, com a suspensão das aulas foi necessária uma reinvenção. Aprendendo a realizar planejamentos e a discussão do conhecimento de forma on-line sem deixar de conseguir alcançar as necessidades de aprendizagem daquele aluno, garantindo, assim como os demais, um atendimento igualitário e inclusivo, recebendo as atividades adaptadas de acordo com a sua realidade. Todavia, esse ideal está sendo de fato consolidado? Como os alunos com deficiências estão sendo inseridos no contexto educacional de aulas remotas? A educação inclusiva está sendo realizada ou está ocorrendo apenas um improviso da oferta da educação inclusiva?

Nesse contexto de pandemia em que a educação sistemática está acontecendo através de elementos tecnológicos para evitar o contágio e disseminação do vírus, e o público de alunos com deficiências exigem-se cuidados duplicados. Segundo Cavalcante; Jiménez (2020), perante as necessidades educativas, esses alunos carecem de práticas inclusivas para que seu processo de desenvolvimento seja mantido durante esse cenário de isolamento e aulas remotas. Pois, a educação é direito de todos, uma vez que, é garantido pela constituição de 1988, quanto pela Convenção sobre os direitos de pessoas com deficiência da ONU, e a Lei Brasileira de Inclusão LBI/2015. Desse modo, mesmo nesse contexto delicado que estamos vivenciando é dever preservar a necessidade de continuidade a esse direito, sendo realizado com qualidade. Cavalcante; Jiménez (2020) endossam que é sabido que ensinar alunos com diferenciados tipos de deficiência é um grande desafio, e somado com os desafios de refletir e articular a modalidade da Educação Especial no contexto do isolamento e fechamento das instituições escolares, o Ministério da Educação permaneceu omissos como se não fosse responsável pelas diretrizes educacionais do país.

O que se quer dizer é que, neste momento de crise, com os desdobramentos e as consequências que acompanham uma pandemia, a condição da pessoa com deficiência pode ser reforçada ou ofuscada, deixando a percepção de que sua existência e vida estão em segundo plano. (PALÚ; SCHÚTZ; MAYER, 2020, p. 180).

Nessas circunstâncias, perante a omissão do MEC em proporcionar ações inclusivas para os alunos com deficiência nesse novo formato fica a cargo da escola o papel de fornecer meio de acessibilidade à educação, considerando as necessidades dos alunos com deficiência ofertando novos métodos para o desenvolvimento da aprendizagem para que não haja um déficit futuro.

Incorporar na prática, recursos alternativos valendo-se de materiais didático pedagógicos e tecnológicos poderá ser um caminho mais seguro e eficiente para a escola, uma vez que torna a prática pedagógica mais dinâmica, e a participação dos alunos mais ativa no processo, considerando que, é diversificando as atividades, trabalhando conteúdos e utilizando recursos alternativos que se consegue a participação ativa do aluno no processo

ensinoaprendizagem e conseqüentemente o seu crescimento pessoal, de forma que, possa aplicar e utilizar os conhecimentos adquiridos na prática social. (CAPORRINO, 2010, p. 03).

Esses recursos devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos a partir de um planejamento realizado pelo professor, uma vez que, utilizado de forma aleatória pode causar efeito inverso, isto é, ao invés de ajudar no desenvolvimento acontece prejuízos no processo de ensino e aprendizagem do aluno e principalmente quando carece de necessidades especializadas, no caso de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo.

Não podemos dar aula da mesma forma para alunos diferentes, para grupos com diferentes motivações. Precisamos adaptar nossa metodologia, nossas técnicas de comunicação a cada grupo. Tem alunos que estão prontos para aprender o que temos a oferecer. É a situação ideal, onde é fácil obter a sua colaboração. Existem outros que não estão prontos, que são imaturos ou estão distantes das nossas propostas. (MORAN, 2009, p. 3).

Intervenção de métodos adaptados a diversas deficiências, seja auditiva, intelectual, visual, físicas, etc. cada aluno que apresenta especificações requer um planejamento também específico, pois é imprescindível realizar um trabalho individualizado para que esses alunos possam proliferar a aprendizagem. Então, é relevante compreender que a intervenção pedagógica não se restringe a recursos pedagógicos indispensáveis, como: quadro, giz, pincel, livro didático. Todavia, para que o professor possa realizar esse trabalho, Caporrino (2010) pontua que é necessário adquirir um conhecimento sobre esse aluno para realizar estratégias planejadas com eficácia e objetivos.

A primeira instância na qual o professor deve promover as “adaptações” que favorecerão a experiência produtiva da escolaridade para todos os seus alunos é na elaboração do Plano de Ensino. Ao fazer isso, o professor deve estar aberto para a constatação da diversidade presente no seu grupo de alunos e para ela responder no âmbito da sua ação pedagógica. Seu planejamento, assim, deverá considerar a diversidade, estando alerta para as características individuais, que o envolve: • a organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula; • a seleção, a adaptação e a utilização de equipamentos e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem de todos os alunos; • o planejamento das estratégias de ensino que pretende adotar em função dos objetivos pedagógicos e conseqüentes conteúdos a serem abordados; • a pluralidade metodológica tanto para o ensino como para a avaliação; • a flexibilização da temporalidade. (CAPORRINO, 2010, p. 20)

Assim, é dever do professor identificar os recursos didáticos que seus alunos irão necessitar, para que assim, sejam solicitados à direção escolar, com o objetivo de buscar medidas caso os recursos não estejam disponíveis na escola, os próprios professores se responsabilizam em arcar utilizando muitas vezes de matérias recicláveis, que infelizmente é uma realidade contínua na educação do nosso país. Utilizar recursos além do livro didático, como jogos, vídeos, obras literárias, mapas, a internet, possibilita aulas motivadoras e ainda amplia o conhecimento.

Segundo Piletti (2010), não deve usar um recurso que não se tem conhecimento suficiente para que possa aplicar de forma correta, isto é, não se pode improvisar numa intervenção em sala de aula. O autor fomenta que o uso de recursos como estratégias de ensino ou auxílio podem ter como resultado a motivação e interesse dos alunos, favorecimento da capacidade de observar, fixação do conteúdo, desenvolvimento à vivência concreta, a aproximação à realidade. Cabe ao professor ficar com um ensino mais monótono ou dinâmico, mas cada recurso traz benefícios ao ensino-aprendizagem, e a criatividade do professor e os objetivos com que são usados é que irão despertar no aluno a construção do conhecimento.

Numa sociedade diversificada, a escola não pode deixar de exercer a sua função de formar cidadãos, desse modo, é necessário fornecer aos professores conhecimentos que os tornem mediadores ativos e cruciais nesse processo. E com relação ao ensino remoto dos alunos com deficiência, fica a responsabilidade aos professores e gestores refletir em práticas que considerem a inclusão desses alunos nesse novo contexto de pandemia. Mendes (2020) mostra que é necessário nessa prática de ensino on-line que os professores do Atendimento Educacional Especializado participem de forma ativa do planejamento, para mitigar os empecilhos que estão impossibilitando a participação plena desses alunos.

Em suma, compreende-se que com a omissão do MEC e pelas escolas não estarem preparadas estruturalmente para esse contexto de transmissão de ensino à distância, além disso, há uma grande desigualdade social em que muitas famílias não tem acesso à internet ou aos aparelhos digitais, e isso causa um grande déficit ao desenvolvimento do aluno. Assim, entendese que há, portanto, um imprevisto na educação pela falta de compromisso do sistema, escassez de formação de professores para lidar com esse contexto social e educacional. Desta forma, os avanços para a implementação de uma educação inclusiva se tornaram complexa dentro do cenário trazido pela pandemia.

2.2 formação de professores e sala de aulas

Sabe-se que a formação de professores é essencial para poder fornecer um ensino apropriado e qualificado da área, segundo Carvalho (2015), o grande desafio contemporâneo posto aos cursos de formação consiste no de produzir conhecimentos que possam desencadear novas ações que proporcionem a compreensão de contextos complexos de ensino para que doravante, os professores possam exercer de modo responsável o seu papel de ensinar e aprender para a diversidade.

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso “de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”. (LIMA, 2002, p. 40).

Compreende-se que o conhecimento que é fornecido a respeito da educação inclusiva nos cursos de formação de professores consiste a algo limitado. Portanto, é de extrema necessidade que sejam realizadas políticas públicas educacionais voltadas em como trabalhar a inclusão, adequando a formação do professor aos novos formatos educacionais que são exigidos, para assim, definir uma identidade profissional, isto é, as habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade. Uma vez que, segundo Carvalho (2015), o curso de graduação não é suficiente onde se tem a necessidade de fazer especializações para se capacitar na educação inclusiva.

Beyer (2006) enfatiza que a formação continuada do professor é um dos principais pontos para fornecer uma conduta que faça diferença na qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências. Nessa conjuntura, Marchesi (2004) acentua que progredir sem o professor apresentar competências para tal é difícil e sinônimo de andar a passos mais lentos nesse trajeto. Nessa perspectiva, é necessário que o professor saiba elaborar métodos diferenciados, ultrapassar os desafios do cotidiano, intervir junto ao aluno, buscar alternativas para sanar dificuldades e participar da adequação de currículos. A partir desses elementos indispensáveis para atuar na educação inclusiva é que se pode oferecer um ensino com mais eficácia, adaptado e apropriado às necessidades desses alunos, para alcançar o escopo de realizar de fato a inclusão e socialização.

Formalmente, a lei 13.146/15 assegura que a educação inclusiva é dever do Estado e, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiências, todavia, esse acolhimento deve ultrapassar as formalidades, proporcionando a

todos os alunos condições para que o atendimento as suas especificidades sejam realizadas. Posto isto, Carvalho (2015) afirma que não só os professores devem estar preparados para isso, mas também toda a equipe pedagógica, diretores e autoridades que possuem o escopo de conceituar e implementar as políticas públicas para que a escola tenha uma infraestrutura acessível para que esses alunos se sintam inseridos.

Em tempos de pandemia, Rit Sonia (2019) aborda que a formação continuada deveria ser aplicada de acordo com o novo formato de aulas, no caso, o remoto. E para que essas aulas sejam realizadas e transmitidas com mais qualidade, a formação seria imprescindível, pois os professores, assim como todos foram surpreendidos com esse novo contexto. Nessa conjuntura, como as aulas estão sendo realizadas on-line, os recursos utilizados são os tecnológicos e os hábitos na forma de ministrar as aulas foram transformados. Leite; Lima, Carvalho (2020) evidenciam que a melhoria da educação vai muito além dos investimentos e recursos na escola, uma vez que, é importante oferecer uma estrutura com fixas formações para que os professores possam inseri-los em seu planejamento de modo mais confortável.

Entretanto, Silva; Gomes (2020) pontuam que as instituições alteraram sua rotina sem nenhum preparo adequado, assim como os professores para se trabalhar on-line nesse contexto delicado na educação, pois ambos precisaram e ainda precisam da tecnologia para se ter um acesso ao ensino e a aprendizagem do aluno. Desse modo, a forma como os meios tecnológicos foram apresentados aos professores, alunos e famílias na pandemia, se caracterizou como uma alternativa para não deixar o aluno da educação básica desamparado, exclusivamente os alunos da Educação Especial, ou melhor explicitando, sem direito à educação básica. Costa (2012) discute que a educação inclusiva tem se transformado em uma realidade no plano de leis, mas que várias resistências permanecem na convivência com as diferenças. E com a pandemia ampliou e fortificou ainda mais essa resistência.

Em suma, como exigir dos alunos e família o compromisso com a educação, que nem sequer está o amparando de fato? Os profissionais da educação precisaram e precisam de formação para poder lidar com esse contexto na educação, mas não obtiveram desse suporte, e tudo isso consiste numa limitação catastrófica do direito à educação, o inverso do que é abordado na constituição, uma vez que, o ensino foi realizado e ainda está sendo de forma Improvisada.

3 PESQUISA: A PRÁTICA DOCENTE INCLUSIVA NA PANDEMIA

Neste tópico vamos discutir as principais dificuldades e as estratégias pedagógicas que os professores que trabalham com alunos com deficiência enfrentam e utilizam. Realizamos a aplicação de um questionário com treze (13) perguntas centralizadas dentro da temática proposta. Tivemos a participação de seis (6) professores de distintas escolas da rede municipal da cidade de São Bernardo, localizada no estado do Maranhão.

3.1 Desafios dos professores na inclusão dos alunos com deficiência

A pandemia trouxe problemas diversos aos profissionais da educação, que tiveram que buscar formas de adaptação para inserir os alunos dentro do formato remoto. Quando nos reportamos a inclusão de pessoas com deficiência, esses desafios se ampliam e se mostram necessários a ser refletidos e problematizados. Levando em consideração tal observação, perguntamos aos professores, quais os principais desafios para a inserção dos alunos com deficiência no meio remoto. Observem algumas respostas:

Professor (1): Dificuldades de concentração, de memorização dos conteúdos estudados, o aluno esquece com facilidade o que é estudado recentemente.

Professor (2): Minha maior dificuldade de início foi o medo de não ser aceita pelo aluno, outra dificuldade foi a linguagem nos processos de comunicação, interação e comportamento social.

Professor (5): Déficit de atenção para com as atividades inquietação.

Professor (6): Dificuldades em lidar com a família, dificuldades pedagógicas e estruturais.

As respostas foram variadas, porém, observamos três pontos que podem ser problematizados. O primeiro se relaciona aos próprios desafios em lidar com as características singulares que cada criança com deficiência pode apresentar, a depender de seu tipo de deficiência ou transtorno. O segundo, relacionando com a questão anterior, a falta de conhecimento e preparação para trabalhar com as diferenças. É necessário um atendimento profissional e especializado para realizar a inclusão dos discentes com deficiência no âmbito escolar. O último ponto diz respeito às dificuldades de relacionamento com as famílias. Em alguns casos, essas barreiras impedem um relacionamento mais recíproco dos profissionais que trabalham nas escolas e os alunos com deficiência. Acarretando conflitos que são prejudiciais à tentativa de uma educação inclusiva. Pois como dito anteriormente, o trabalho coletivo é fundamental para um conhecimento mais amplo sobre as dificuldades e habilidades apresentadas por cada criança ou adolescente com determinado tipo de deficiência.

É fulcral lembramos que as discussões que envolvem a inclusão de alunos com deficiência no meio educacional ultrapassam apenas a inserção destes alunos nas escolas. Quando falamos de uma inclusão, necessitamos de um atendimento para o aluno com deficiência que atenda e compreenda suas diferenças e habilidades. Nesse sentido, Veltrones e Mendes, (2007), afirmam que:

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 22).

Cada aluno apresentando singularidades específicas, não são apenas os alunos com deficiência que têm dificuldades e habilidades diferenciadas. Compreender a diversidade e a diferença que fazem parte da sociedade é uma tarefa primordial para a proposta de uma educação inclusiva exercida de forma efetiva dentro dos ambientes educacionais. Sem essa preocupação, a inclusão não será uma efetividade.

Quando perguntamos aos professores se eles tinham formação em Educação Especial e se as escolas, de acordo com suas percepções, estavam adaptadas a receber os alunos com deficiência, as respostas foram majoritariamente negativas. Enfatizamos a importância de uma especialização na área, não apenas por conhecer o debate mais integralmente, mas por saber selecionar estratégias e metodologias que podem auxiliar no desenvolvimento do ensino/aprendizagem das crianças e adolescentes com deficiência. Amplia-se a questão quando pensamos na realidade de um ensino remoto causada pela pandemia. Os professores tiveram que se reinventar para trazer esses alunos a participarem das aulas. De acordo com os autores:

A escola inclusiva deve contar com professores capacitados, infraestrutura totalmente adaptada para alunos com NEE, além do fornecimento de materiais didático-pedagógicos para o aprendizado efetivo. Para que a inclusão faça parte da educação, não basta apenas o professor ter uma formação na área, é preciso que todos os envolvidos no âmbito da escola estejam dispostos a se aperfeiçoarem, para que, assim, busquem planejar ações e programas mais bem estruturados.

A falta de uma especialização e de estruturas adequadas impedem que a inclusão se torne efetiva nos ambientes educacionais. Porém, lembramos novamente como o trabalho coletivo e cooperativo de todos é fundamental para trabalhar com os alunos com deficiência. O papel da família, nesse sentido, é primordial, já que é no seio familiar que a criança tem seus primeiros

laços de confiança, a mesma também precisa criar confiança no cotidiano escolar. Neste caso, os desafios se ampliam quando pensamos como estes alunos podem manter suas relações, tão relevantes para seu desenvolvimento social, através de uma tela de celular ou computador.

Com o modelo de ensino remoto algumas escolas optaram por uma maneira híbrida de ensinar. Através de aulas virtuais e a produção de kit de atividades para os alunos responderem, de acordo com cada componente curricular. Esse modo de ensino trouxe a necessidade de adaptação de todos os profissionais da educação, dos alunos e dos pais responsáveis. A responsabilidade de estudar em casa exigiu-se uma participação maior dos pais, cobrando dos mesmos um acompanhamento mais próximo das realizações das atividades de seus filhos.

Sabemos como a interação social é fundamental para o desenvolvimento da criança, porém, as desigualdades ainda soam com muita intensidade nos ambientes educacionais. Os preconceitos e os estereótipos que são colocados aos alunos com deficiência dificultam na sua interação e inclusão. Perguntamos aos professores sobre a relevância da interação social. Alguns responderam:

Professor (2): Muitos aceitam, mas tem outros que não entende. A inclusão social constitui então um processo bilateral do qual as pessoas ainda são excluídas, onde a sociedade ainda busca soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Professor (4): Sim, isso é incentivado, os alunos do centro se relacionam bem e os da escola ajudam os alunos especiais em suas necessidades.

Sabemos da importância que a convivência com os outros é fundamental para o desenvolvimento social e interativo dos alunos com deficiência. A diferença que está presente não apenas nestes alunos, precisa ser trabalhada pela escola e todos os seus profissionais. Ou seja, qual a relevância de um discurso inclusivo, se a escola não dispor de uma rampa para acessibilidade de alunos cadeirantes, por exemplo? Portanto, a instituição escolar deve promover a elaboração de uma proposta inclusiva como tarefa primordial. A diversidade que faz parte de nossa nacionalidade necessita ser valorizada e respeitada.

A exclusão dos alunos com deficiência precisa ser transformada em ações onde os mesmos se sintam acolhidos e bem recebidos. Infelizmente, o discurso de exclusão é um reflexo da própria sociedade. Como um aluno com cadeira de rodas poderá se sentir independente, se no caminho à escola as ruas não tiveram acessos para este aluno? A desigualdade já se inicia no próprio cotidiano. Por isso, as escolas enquanto locais formadores de cidadãos devem instaurar em seus planos e projetos maneiras de trabalhar a inclusão de modo efetivo. Segundo os pesquisadores sobre a deficiência física:

A educação inclusiva relacionada a este tipo de deficiência nos últimos anos teve um grande avanço, sobretudo a partir do ano de 2007 que como já citado

anteriormente nesse artigo, nesse ano o PAC e o PDE possibilitaram o desenvolvimento da acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento especializado. Com isso, os alunos deficientes, atualmente, têm uma facilidade bem maior do que antigamente, onde a maioria das escolas não possuía sequer uma rampa para acesso dos cadeirantes às localidades da escola. É evidente que esse avanço não chegou em todas as escolas brasileiras, entretanto, vale ressaltar que muitas escolas hoje em dia possuem condições adequadas para receber um aluno com deficiência física. (SILVA; VIEIRA; CAMPOS; MAGALHÃES, 2017, p. 03).

Com os debates realizados pelas políticas educacionais os avanços em relação ao acesso dos alunos com deficiência, neste caso particular a física, são perceptíveis. Porém, a acessibilidade refere-se não apenas à estrutura da escola, a proposta de uma educação inclusiva é uma ideia norteadora que as escolas precisam, em coletivo, torná-la uma efetividade. Do que adiantaria uma escola oferecer uma estrutura adequada, se os alunos com determinados tipos de deficiência não sentiriam aceitos na mesma? Ou seja, a educação inclusiva é uma construção que necessita ser constantemente refletida e problematizada. Somente assim, os desafios que são comuns nos ambientes escolares poderão ser minimizados.

Quando perguntamos aos professores sobre a relevância do trabalho coletivo, eles reafirmaram o quão necessário é a cooperação de todos os profissionais. O trabalho em conjunto proporciona um alargamento do entendimento sobre a própria deficiência de cada aluno, mas também contribui para a compreensão de suas habilidades. Desse modo, a relação cooperativa traz experiências e conhecimentos que podem desmitificar os estereótipos de incapacidade que são postos diante dos alunos com deficiência. Vejamos algumas respostas dos professores:

Professor (1): Sim, sem dúvidas o trabalho em parceria do profissional da educação com o profissional da saúde ajudaria no melhor desenvolvimento do aluno, uma vez que o psicopedagogo ajudaria no entendimento das possíveis dificuldades e limitações do aluno autista e poderia ser um canal que ajuda o professor e o aluno a alcançar os objetivos desejados.

Professor (2): Sim, porque o psicólogo juntamente com o psicopedagogo tem o papel de avaliar, investigar e detectar dificuldades de habilidades da criança. Assim é possível realizar a intervenção para desenvolver tais dificuldades e aumentar o repertório do indivíduo.

Professor (3): Sim, porque auxiliaria muito o professor no seu trabalho iria agregar as atividades e melhorar ainda mais o desenvolvimento dos alunos.

Professor (5): Sim! Porque muitas vezes dependendo do grau de necessidade do aluno seria fundamental o psicopedagogo se fizesse necessário como: quando o aluno estivesse em uma crise de agitação ou de choro.

Todos os professores concordaram sobre a necessidade e a relevância do trabalho coletivo. Grande parte das dificuldades que a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular carrega gera-se da escassez de conhecimento e falta de atendimentos especializados.

Com o ensino remoto, exigiu-se, com mais êxito, a participação dos pais nessa tarefa de ensinar e incentivar seus filhos. Como os alunos ficaram, em grande parte, tendo o acesso à educação através de aulas online e realização de atividades em casa, o papel familiar no acompanhamento do desenvolvimento das tarefas escolares foi imprescindível. Porém, algumas pesquisas apontaram para as dificuldades que os pais responsáveis em fazer tal acompanhando, elevando os níveis de letramento e alfabetização à níveis desfavoráveis à educação que precisa melhorar conforme apontam os pesquisadores:

A pandemia da Covid-19 causou um enorme choque no campo educacional trazendo mudanças drásticas na realidade das escolas públicas e privadas. Com o isolamento social e confinamento em casa recomendado pelos órgãos oficiais na tentativa de se evitar a disseminação do novo coronavírus, “o ensino presencial foi abruptamente privado dos estudantes em seus mais diversos níveis de ensino.

Com a alternativa do ensino remoto, os profissionais da educação tiveram que adaptar-se com o uso de meios tecnológicos, como plataformas digitais (Google Meet, Zoom, Classroom) e aparelhos eletrônicos como celulares, notebooks, computadores. Surgiu-se, a partir dessa demanda, a disparidade causada pela desigualdade tanto em relação às escolas quanto dos próprios alunos. Muitos pais e estudantes não possuem acesso à internet ou não utilizam equipamentos eletrônicos que são essenciais para o acompanhamento das aulas remotas. Desse modo, muitos estudantes ficaram sem o acesso à educação, assegurado por distintos documentos legais. Juntou-se dois problemas: a escassez de equipamentos eletrônicos e falta de internet domiciliar, juntamente a isso, os desafios do acompanhamento familiar. Isso acarretou déficits significativos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

As dificuldades do ensino remoto trouxeram a necessidade de uma adaptação por parte de todos os envolvidos no processo educacional. Quando refletimos sobre a inclusão dos alunos com deficiência, esse desafio se amplia. Por exemplo, como os professores podem organizar suas aulas, de modo digital, que tenha a acessibilidade para um aluno que possua cegueira? Ou mesmo para um aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista)? São barreiras que são encontradas diariamente no ensino regular presencial, quando problematizarmos tais questões no ensino remoto, os níveis são maiores. Porém, as propostas de estratégias metodológicas são fundamentais para o processo de inclusão dos alunos com deficiência, seja no modo remoto ou presencial.

3.2 Estratégias pedagógicas

Dentro de um cenário incerto causado pela Pandemia de Covid-19 os ambientes educacionais precisaram passar por um processo de adaptação. Uma das iniciativas que traz tais

mudanças é a criação de maneiras de intervenção, formas de pensar em qual a melhor maneira de atingir resultados que sejam positivos à educação. As escolhas metodológicas são essenciais para qualquer proposta ou realidade que as escolas precisam desenvolver. Nossa pesquisa aponta para uma questão central: os desafios da inclusão de alunos com deficiência dentro do ensino remoto. Temática que traz dificuldades diversas, seja quando falamos das desigualdades sociais que são presentes na vida das pessoas com algum tipo de deficiência ou a falta de preparação para instauração de um ensino remoto nas escolas públicas. Nesse sentido, a elaboração de metodologias é imprescindível para o alcance de avanços de ambas as questões.

A fim de identificar as principais percepções dos professores que trabalham com alunos com deficiência dentro do cenário trazido pela pandemia, perguntamos a eles, de modo individual através da aplicação de um questionário: você acredita que a tecnologia e as plataformas digitais estão conseguindo ajudar no desenvolvimento do ensino aprendido destes alunos, ou este ensino remoto está sendo ineficaz? As respostas enfatizaram a importância da utilização desses instrumentos. Observem as respostas de três professores:

Professor (1): Com certeza, vejo as tecnologias como um eficaz auxílio na atuação do professor, e muitas vezes vem tapar as brechas que somente o quadro e o giz não conseguiriam, mas por outro lado, elas não podem substituir o professor na sua essência, apenas auxiliá-lo.

Professor (2): Eu como educadora relato que os pontos positivos da utilização de elementos tecnológicos na sala de aula são auxílio ao professor no manuseio de conteúdo, torna as aulas mais atraentes a participação do aluno e facilita a aprendizagem dos alunos através da interação. Lembrando que o uso das tecnologias deve servir apenas de auxílio, pois sabemos que no ensino remoto a realidade é totalmente diferente, não acontece a interação que deveria acontecer.

Professor (5): Sim, porque com os usos das tecnologias ajuda o docente a entender as necessidades do aluno através da pesquisa sobre as necessidades que o aluno tem, e do amparo que ele precisa, quais as atividades podem ser trabalhadas e como deve ser trabalhada.

Todos os professores apontaram a utilização das tecnologias como significativa ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Ainda mais dentro do contexto trazido pela pandemia e, além disso, a partir do próprio avanço que o meio digital tem atualmente na sociedade. Enquanto professores precisamos usar os meios tecnológicos como ferramentas metodológicas que possam gerar frutos positivos à formação educacional dos alunos. É sabido como o recurso lúdico ajuda na construção do conhecimento dos estudantes, por principalmente sair da abstração que dificulta o ato de ensinar e aprender.

Através da realidade causada pela Pandemia, o meio tecnológico apareceu como a alternativa mais viável para substituição do ensino presencial. Porém, por pertencer ao mundo que ainda é desconhecido para alguns profissionais da educação, as barreiras no seu uso foram

perceptíveis, necessitando de um processo de adaptação também por parte dos professores. Os autores apontam nessa direção:

Em consonância, o advento da suspensão das aulas presenciais, o ensino remoto e/ou ensino a distância vem sendo ministrado por diversas instituições de ensino público e privado, por meio das mais variadas plataformas digitais. Em pouco tempo, a utilização desses instrumentos provocou uma grande mudança nas atividades dos gestores educacionais, técnicos-administrativos, docentes, discentes e famílias, que tiveram de se adaptar, aprender novas práticas, exercitaram resiliência e inteligência emocional para vencer esse período da melhor forma possível.

O cenário pandêmico trouxe à necessidade de mudanças na organização e aplicação das atividades escolares. A utilização dos instrumentos tecnológicos foi a opção viável para esse processo de adaptação. Ou seja, foram transformações que atingiram não apenas gestores, coordenadores e professores, mas as famílias também passaram por este movimento que provocou dinâmicas desconhecidas. Por isso, foi-se preciso de um trabalho interativo e coletivo entre a família e as escolas, conduta que é fundamental para um funcionamento efetivo do ensino e aprendizagem dos alunos, não apenas no modo remoto, mas concomitantemente na forma presencial.

Com a ausência de um ensino regular presencial, observou-se a valorização dos profissionais da educação e a falta que o ensino presencial faz na vida da comunidade que necessita desse direito. Quando nos reportamos para a modalidade da Educação Especial, percebemos como as dificuldades de um modelo inclusivo existe e se mostra complexo para ser aplicado ou adaptado ao modelo remoto de ensino, devido a demanda de determinados acompanhamentos especializados. Pensemos: como fazer uma criança com autismo acompanhar uma aula através do celular ou computador, ao saber-se que esta apresenta certas dificuldades em manter atenção a determinadas ações?

Diante disso, percebemos como o modelo de ensino remoto trouxe desafios gerais para a educação e às famílias, mas quando falamos de uma educação inclusiva, esses desafios se intensificam e trazem obstáculos significativos para o alcance dessa proposta. Muitos alunos não fizeram o acompanhamento das aulas virtuais, seja por falta de equipamentos, internet ou alunos com determinado tipo de deficiência impediu a realização e acompanhamento das atividades e aulas propostas. Alguns professores responderam sobre as propostas de estratégias:

Professor (2): Produzir algumas atividades lúdicas com o aluno com autismo, como pinturas e colagens. Por ser algo mais atrativo para os estudantes, os pais também podiam fazer o acompanhamento.

Professor (5): Como não tenho uma formação especializada na área da educação especial, tive dificuldades em fazer o acompanhamento do meu aluno, então busquei na internet algumas alternativas.

Professor (6): Trabalhei com atividade mais simples usando pintura, produção de desenhos, colagens de objetos.

Através das respostas dos professores, identifica-se como a ludicidade foi a principal alternativa para trabalhar com os alunos com deficiência. Por ela promover uma maior interação e atratividade das crianças e adolescentes a participarem das atividades pedagógicas propostas pelos professores. Essas estratégias são maneiras que podem trazer uma interação maior na participação e realização das tarefas escolares. Assim como relatado pelo professor (5) a carência de uma formação especializada na área impede o mesmo de intervir e trabalhar com alunos com deficiência de modo adequado e especializado, porém, ele buscou alternativas utilizando-se do recurso da internet para pensar formas acessíveis que poderiam atender tais alunos.

Diante disso, frisamos a importância da escolha metodológica para o desenvolvimento de atividades que possam trazer resultados significativos, principalmente através da nova realidade causada pela Pandemia de Covid-19. Os desafios são minimizados quando pensamos em metodologias que podem contribuir de maneira positiva e centralizada em determinada dificuldade. Ou seja, não é apenas a seleção de atividades que possam aparecer como atrativas aos alunos, mas propostas que tem um foco principal. Desse modo, o trabalho coletivo é fulcral para o alcance das soluções dos desafios que aparecem no âmbito educacional, ainda mais quando falamos de um ensino inclusivo, que ainda traz obstáculos. Por isso, é preciso a elaboração de um projeto pedagógico voltado a todas estas demandas, tal como observa os autores a seguir (SILVA; VIEIRA; CAMPOS; MAGALHÃES, 2017, p. 03):

O projeto pedagógico é o responsável por organizar e revelar as intenções dos educadores e da equipe pedagógica da escola em relação as atividades que serão desenvolvidas para os alunos. Vale destacar que o projeto pedagógico é elaborado pela equipe pedagógica e é concretizado em sala de aula com todos os alunos da mesma forma, sem exceções. No meio da educação inclusiva, o projeto pedagógico torna-se ainda mais importante, uma vez que o aluno com necessidades especiais necessita de uma atenção maior para que o mesmo possa desenvolver o seu estudo dentro do processo de ensino-aprendizagem da mesma maneira que os demais alunos da sala de aula, não sendo tratado de forma diferente dos demais.

Seja no modelo presencial ou remoto, um projeto diretório é fundamental para a derrubada das barreiras que a instauração de uma educação inclusiva seja efetivada nas escolas públicas. Claro que ele não é uma solução definitiva, mas é uma ideia norteadora que guiará as escolhas a problematizar e refletir sobre seus desafios e obstáculos. Lembremos como o projeto é um plano contínuo e reflexivo, ou seja, o mesmo pode ser alterado a depender das demandas que forem aparecendo como relevantes a serem pensadas, em prol da construção de um

ambiente mais acolhedor e inclusivo a todos. Diante disso, a elaboração de um projeto pedagógico voltado à temática da educação inclusiva pode contribuir para tornar a inclusão dos alunos com deficiência uma realidade concreta, e não somente ficar presas em discussões.

Frisamos juntamente a eficácia da produção de um projeto direcionada à educação inclusiva, como a formação continuada oferecidas para os professores é essencial para as discussões sobre os desafios que as instituições escolares enfrentam. Pensando nessa questão, perguntamos aos professores qual a relevância dessa formação para o trabalho pedagógico. Observem algumas respostas:

Professor (1): Expandir o olhar do professor para um conhecimento que pode e vai além da sala de aula, conhecer as melhores formas de trabalhar, entendendo todo o processo e avanços pelos quais a educação especial já passou e assim ter propriedade naquilo que fala e ensina na sala de aula.

Professor (2): Porque fornece há todos os docentes, medidas significativas para desenvolver um ensino – aprendizagem qualitativo, significativo e um desenvolvimento satisfatório das habilidades dos educandos. Os professores devem estar preparados para estes novos conhecimentos, com o objetivo de atualizar seus conhecimentos pedagógicos.

Professor (5): Porque nessas capacitações servem com apoio para que o professor possa tirar suas dúvidas e também aprender novos meios para se trabalhar em sala.

Professor (6): Acredito que a formação continuada é obrigatória na vida de um professor, principalmente daqueles que lidam com crianças especiais; uma vez que são muitos desafios.

Observamos o consenso entre os professores sobre a importância da formação continuada. Nessas reuniões, os debates são direcionados à públicos distintos. Os professores que ficaram responsáveis por trabalhar na modalidade de Educação Especial, terão formações endereçadas aos desafios e dificuldades que competem a este módulo de ensino. A professora formadora, especializada na área, disporá aos professores distintas discussões e intervenções que possam oferecer recursos para os professores trabalharem em sala de aula.

Geralmente estas formações são oferecidas pelo município como maneira de complementar a capacitação dos professores. Para os professores que não tem uma formação especializada na Educação Especial, estas formações são alternativas para os docentes compreenderem as dificuldades que a proposta de uma inclusão dentro das escolas apresenta, e juntamente a isso, compartilhar ações que podem contribuir para uma educação inclusiva efetiva nas escolas.

Nossa intenção nesse capítulo foi apresentar as principais questões trazidas pelos professores através das respostas dadas ao questionário aplicado. Discussões fundamentais para compreendermos como os professores enfrentaram as dificuldades do ensino remoto com crianças e adolescentes com diferentes tipos de deficiência. Ocasionalmente um duplo desafio: a

adaptação ao ensino remoto e empecilhos de uma educação inclusiva efetiva nas escolas. No entanto o que podemos observar além das dificuldades encontradas no Ensino, é a insegurança dos professores nas respostas, como se os mesmos, quisessem se apartar da responsabilidade com a Educação Inclusiva. Os docentes fixaram uma metodologia no qual é explícito que não foi feito para a Educação Inclusiva. Isso faz com que, o documento de Salamanca não seja efetivado de forma precisa, no qual “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”, porém, com as respostas dos profissionais da educação fica muito evidente a falta de inclusão de alunos com deficiência no ensino remoto e ausência de uma metodologia que realmente seja inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de toda a discussão suscitada neste trabalho, percebemos como a proposta de uma educação inclusiva de maneira efetiva nas instituições escolares é um desafio que ainda precisa ser bastante discutido e concretizado no cotidiano escolar. A escassez de estruturação adequada e a falta de uma especialização na área da Educação Especial são questões que ampliam os desafios dentro dos ambientes escolares. Uma escola com uma acessibilidade aos alunos com deficiência se mostra como um diferencial importante, pois o ambiente se torna mais acolhedor e inclusivo para os alunos. Juntamente ao professor especializado, com suas formas de intervenção e estratégias singulares para lidar com as diversas dificuldades trazidas para a implementação de uma educação inclusiva.

Além dessas duas questões apresentadas, as carências de conhecimento e da discussão sobre as dificuldades e as habilidades trazidas pelas pessoas com deficiências intensificam os estereótipos que enfraquecem uma inclusão de maneira concreta nos ambientes educacionais. Concepções como a incapacidade de realizar determinadas atividades, dificuldades de atenção e de cognição, impossibilidade de uma argumentação crítica e ordenada, são alguns dos exemplos. Abordagens que estão mais relacionadas às crianças e aos adolescentes que têm Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down e dentre outras. A falta de conhecimento atinge as próprias famílias, que em alguns casos, extinguem o direito de seus filhos à educação, por desconhecer a obrigatoriedade legal da inserção dos mesmos nas instituições escolares.

Quando falamos dos desafios de uma educação inclusiva dentro da realidade de ensino remoto causado pelo cenário pandêmico, os debates se ampliam e tornam-se mais complexos. Pois o convívio presencial é essencial para o processo de interação e inclusão dos alunos com deficiência, juntamente a toda comunidade escolar. Se já observamos como a carência de professores especializados na área de Educação Especial causa prejuízos ao ensino/aprendizagem dos estudantes com deficiências, na pandemia, a responsabilidade de ensinar foi transferida parcialmente às famílias, ou seja, os desafios aumentaram.

A alternativa do ensino remoto aos alunos com deficiência apresentou dificuldades maiores em relações àquelas que já enfrentam cotidianamente. Pois, não contam com um profissional para acompanhá-lo individualmente, apesar da falta de profissionalização de alguns professores que assumem essa tarefa, eles contam com um apoio de um professor especialmente para ele, para realizar o acompanhamento e desenvolvimento de suas atividades. Diante disso, observamos como a inclusão no ensino remoto tornou-se algo complexo, pois a nova realidade trazida pela pandemia, intensificou ainda mais a exclusão desses alunos.

Percebemos que mesmo com a amplitude de pesquisas voltadas à implementação de uma educação inclusiva, as dificuldades e desafios ainda são sentidos e vividos no cotidiano de muitas escolas públicas brasileiras, tal como observamos nas discussões teóricas que trouxemos quanto em relação aos relatos escritos elaborados pelos professores que participaram da pesquisa de campo. É claro que conseguimos identificar avanços na inclusão dos alunos com deficiência nas instituições escolares, porém, ainda necessitamos buscar uma educação mais acessível não somente para com as pessoas com deficiência, mas uma inclusão que respeite a diversidade e a diferença que compõe os perfis de nossos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Jureniceda Silva. AMORIM, Marília Rafaela Oliveira Requião Melo. CUNHA, Célio da. A pandemia da Covid-19 e os impactos na educação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, volume III, 2020.
- BATISTA, Eliane Pastori Leme; Silva, Ricardo Desidério da. **Saberes docentes necessários à prática da inclusão**. Volume 1, cadernos PDE, Paraná, 2016.
- BEYER, H.O. **Por uma epistemologia das crianças com necessidades especiais**. In: Conclusão: Revista da Educação Especial. V2. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEEP, 2008.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Especial. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/ SEESP, 2003.
- _____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação - PNE. 2014b.
- CAPORRINO, Cláudia Gonçalves. **Materiais didático-pedagógicos como recurso de aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais: caminhos e possibilidades**. O professor PDE e os desafios da escola pública. Volume II, Paraná, 2010.
- CAMARGO, Leticia Ferreto. SOFFA, Marilice Mugnaini. MARKOWICZ, Daniel. **Perspectivas sobre a Educação Inclusiva: um desafio possível**. EDUCARE: III Congresso Nacional de Educação, 2017.
Link: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23527_11750.pdf.
- CAMARÃO, Márcia Terra Marques. **Saberes docentes, avaliação e inclusão: estudo de uma realidade**. Santa Maria - RS, 2009.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: Educação Inclusiva**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CARVALHO, Joscileide Benícia dos Santos. **A importância da formação de professores na escola inclusiva**. Brasília-DF, 2015. Disponível em:
https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/15756/1/2015_JoscileideBeniciaDosSantosCarvalho_tcc.pdf
- CAVALCANTE, Marta Suely Alves; JIMÉNEZ, Luiz Ortis. Educação Inclusiva na Pandemia. 2020 Disponível em:
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID3458_07092020200610.pdf
- COSTA. V. A. **Políticas de Educação Especial e inclusão no estado do Rio de Janeiro: formação de professores e organização de escola pública**. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, v.34, n. 12, 2012.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C. C.; CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva no contexto da pandemia: relatos dos desafios, experiências e expectativas.** Educação em Revista, Marília, v.22, n. 01, p. 151-166, 2021.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **A inclusão escolar em tempos de pandemia.** São Paulo, 2020.

GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente.** Ijuí: Unijuí, 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LEITE, Nahara; LIMA, Elidiane Gomes; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Os professores e o uso de tecnologias digitais nas aulas remotas emergenciais digitais nas aulas remotas emergenciais, no contexto de pandemia da covid-19.** Revista de Educação tecnológica.

Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Os-professores-e-o-uso-das-tecnologiasdigitais-nas-Leite-Lima/449982104b42d62bc66f7c7057d2636898593a13> acesso em 15 de agosto de 2021

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MARCHESI, Álvaro. **A Prática das escolas inclusivas. In: Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

MENDES, Rodrigo. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da COVID19: Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais.** Instituto Rodrigo Mendes, 2020.

MIRANDA, Cleusa Regina Secco. **Educação inclusiva e escola: saberes construídos / Cleusa Regina Secco Miranda.** – Londrina - PR, 2010.

MORAN, José Manuel. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias.** In: Transformar as aulas em pesquisa e em comunicação presencial virtual. (2009).

OLIVEIRA, I. A. **Saberes, imaginários e representações na construção do saber fazer educativo de professores da educação especial.** 2002. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

OMOTE, S. **A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 1, p. 33-48, 2005.

PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. **Desafios da educação em tempos de pandemia.** Editora Ilustração, Cruz Alta – Brasil, 2020.

PILETTI, Claudino. **Didática geral.** 24^a ed. São Paulo: Ática, 2010.

PIMENTA, S. G. **Formação de Professores: Identidade e saberes da docência.** In: PIMENTA, S.G. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2000.

RIT, Sonia. **Formação de professores para inclusão: teoria e prática** https://cetesb.sp.gov.br/escolasuperior/wp-content/uploads/sites/30/09/2019sonia-ritt_artigo-espeduca%c3%a7%c3%a3o-inclusiva.pdf.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Edileuza Fernandes; SILVA, Maria Abádia da. **Para onde vai o direito à educação em tempos de pandemia?** *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 6 - N. Especial II – p. 188-206 (jun - out 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

SILVA, Adarita Souza da; GOMES, Daniele de Jesus. **Os saberes docentes e a atuação profissional do professor: um olhar sobre a prática inclusiva de alunos com deficiência na escola regular**. São Cristovão, SE. 2012.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da. BINS, Katiuscha Lara Genro Bins. ROZEK, Marlene. **A educação especial e a covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social**. *Interfaces Científicas*, Aracaju, V.10, N.1, p. 124 – 136, 2020.

SILVA, Márcia Aparecida de Faria. VIEIRA, Márcia Claret de Paula; CAMPOS, Dejanir José CAMPOS. MAGALHÃES, Sérgio Ricardo. Educação inclusiva: um novo olhar sobre o papel da educação no Século XXI. **Revista ESPACIOS**. Vol. 38, Nº 30, 2017.

SOUTO, Maricélia Tomáz de. **Educação Inclusiva no Brasil**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-PB, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

APÊNDICE MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

- 1) Há quanto tempo você trabalha com aluno com deficiência?
- 2) A escola em que você trabalha está habituada em receber alunos com deficiência?
- 3) Você tem formação para atuar na área da modalidade da Educação Especial?
 Sim ()
 Não ()
- 4) Você tem mais de um aluno com deficiência na instituição em que trabalha?
 Sim ()
 Não ()

- 5) Caso você tenha tido um aluno com determinado tipo de deficiência? Quais as dificuldades encontradas no atendimento durante sua prática pedagógica?
- 6) Para você elaborar suas atividades remotas, você utiliza o livro didático? Faz uso no seu planejamento de aulas? Faz uso de outros materiais?
- 7) Suas atividades trabalhadas em sala de aula estão sempre de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos?
- 8) Você concorda que a escola deveria disponibilizar um profissional da área da saúde (psicólogo\ psicopedagogo)? Por quê?
- 9) Você como professor da rede regular de ensino, qual a importância de uma escola inclusiva?
- 10) Uma das principais questões sobre a inclusão nas escolas regulares é a interação com outros estudantes. Qual a importância disso durante a pandemia? Quais ações podem ser boas práticas para garantir que os alunos com deficiência sigam tendo esses momentos de interação com os colegas?
- 12) Você acredita que a tecnologia e as plataformas digitais estão conseguindo ajudar no desenvolvimento do ensino aprendizado destes alunos, ou este ensino remoto está sendo ineficaz?
- 13) Qual a importância da formação continuada, na área de educação especial?